

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

PROVA OBJETIVA P₁ -- CONHECIMENTOS GERAIS --

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto CG1A1

A adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável firmou um compromisso de todos os países com um conjunto de objetivos e metas universais, integradas e transformacionais, codificados nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), cuja tradução em ação representa um grande desafio.

A tributação é um importante mecanismo de estímulo ao desenvolvimento sustentável, que pode aumentar a eficiência da utilização de recursos naturais, impulsionar a inovação e possibilitar a transformação para o alcance do bem comum. Uma política fiscal que promova a criação de adequados incentivos na economia, acoplada a um uso otimizado dos recursos, é fator chave para o alcance dos ODS.

Uma parceria entre o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial identificou que a tributação é um fator significativo em, pelo menos, 10 dos 17 ODS, estruturando uma plataforma específica para tratar a inter-relação entre esses elementos.

A conexão entre os tributos e os ODS estabelecida pela plataforma tem por fundamento diversos grandes elementos.

O primeiro deles é a importância dos recursos gerados pelos tributos, os quais são essenciais para financiar as atividades públicas que servem à implementação dos ODS. Decerto, todos os ODS encontram-se contemplados por esse elemento, na medida em que recursos públicos são imprescindíveis para a implementação de quaisquer políticas públicas. Há uma relação especial desse aspecto com o disposto no ODS 17, que trata da construção de parcerias e meios de implementação para o atendimento às metas dos ODS.

Um segundo aspecto diz respeito à equidade e ao crescimento econômico, os quais são intrinsecamente afetados pela estrutura tributária. Esse elemento encontra-se diretamente correlacionado ao ODS 1, que trata da erradicação da pobreza, bem como ao ODS 8, que indica metas de crescimento econômico com trabalho decente, ao ODS 10, relativo ao objetivo de redução das desigualdades, e ao ODS 5, relacionado à igualdade de gênero.

Adicione-se a isso o fato de que os tributos influenciam o comportamento e as escolhas das pessoas, com implicações para os resultados em saúde, educação, consumo sustentável, energia limpa e luta contra as mudanças climáticas, abordados pelos ODS 3, 4, 12, 7 e 13, respectivamente.

Além disso, uma tributação justa e equitativa promove a confiança do contribuinte no governo e fortalece os contratos sociais que sustentam o desenvolvimento, relacionando-se ao ODS 16, voltado à promoção da justiça, da paz e de instituições sólidas e eficazes.

É interessante notar que o aumento do esforço fiscal interno aos países vem sendo destacado pelas instituições internacionais como um elemento-chave nesse cenário. De fato, a falta de capacidade impositiva vem sendo vista como um sintoma, mas também como uma das causas da dificuldade de desenvolvimento. Nesse sentido, instituições internacionais indicam como prioridade a mobilização de fundos nacionais, por meio da otimização dos sistemas tributários e da capacidade impositiva, para que se possam alcançar os ODS. Porém, os benefícios do aumento da arrecadação dependem, por óbvio, da forma como se dá a alocação dos recursos públicos, ou seja, a obtenção de recursos ou o aumento da tributação, de forma isolada, é insuficiente, de modo que sua influência na implementação dos ODS depende de como os recursos são gerenciados e utilizados.

Assim, ao se voltar a atenção para a otimização dos sistemas de obtenção de recursos internos aos países, a necessária implementação dos ODS demanda que um eventual aumento da carga tributária venha realmente acompanhado de uma efetiva melhoria da alocação em gastos sociais.

O alcance do desenvolvimento sustentável sistêmico deixa evidente, portanto, que o fenômeno tributário deve ser estruturado de forma conjunta com o fenômeno financeiro, correlacionando-se com a forma como os recursos são aplicados, bem como com o uso das renúncias fiscais e dos fundos financeiros que vinculam a receita a uma determinada despesa específica, voltada ao atendimento dos ODS.

Internet: <www.gov.br/> (com adaptações).

Questão 1

Entende-se da leitura do texto CG1A1 que

- Ⓐ os ODS mencionados no texto são beneficiados com recursos advindos de tributação, o que os diferencia dos demais.
- Ⓑ os benefícios advindos dos recursos arrecadados por meio de tributos dependem de como esses recursos são geridos e alocados.
- Ⓒ os países com tributos mais altos são mais capazes de atingir as metas dos ODS que os demais, uma vez que os tributos influenciam o comportamento e as escolhas das pessoas.
- Ⓓ todos os países do mundo vêm-se empenhando na mobilização de ações para o alcance das metas da Agenda 2030.
- Ⓔ o alcance das metas dos ODS depende da criação de um tributo específico para a Agenda 2030.

Questão 2

De acordo com as ideias do texto CG1A1, a tributação

- Ⓐ é o principal fator para o alcance dos ODS.
- Ⓑ tem potencial para impulsionar a inovação.
- Ⓒ possibilita a transformação social para o alcance do bem comum.
- Ⓓ é o mais importante mecanismo de estímulo ao desenvolvimento sustentável.
- Ⓔ promove o aumento da eficiência da utilização de recursos naturais.

Questão 3

Consoante as ideias do texto CG1A1, a conexão entre os tributos e os ODS estabelecida pela plataforma mencionada no terceiro e no quarto parágrafos justifica-se, entre outros motivos, porque

- Ⓐ os recursos empregados na saúde, na educação e no meio ambiente são integralmente oriundos da tributação.
- Ⓑ o aumento do esforço fiscal interno aos países vem sendo destacado pelas instituições internacionais.
- Ⓒ a existência dos contratos sociais que sustentam o desenvolvimento sustentável depende fundamentalmente do sistema tributário.
- Ⓓ os recursos gerados pelos tributos são a única fonte de financiamento das atividades públicas.
- Ⓔ o sistema tributário tem forte influência sobre a equidade e o crescimento econômico.

Questão 4

A forma verbal “estruturando” (terceiro parágrafo) poderia ser substituída, no texto CG1A1, sem prejuízo da sua correção gramatical e dos seus sentidos originais, por

- Ⓐ **estruturando-se.**
- Ⓑ **e estruturaram.**
- Ⓒ **e estruturou.**
- Ⓓ **ao estruturar.**
- Ⓔ **e estrutura.**

Questão 5

Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência das ideias do texto CG1A1 caso se substituisse a palavra “Decerto” (segundo período do quinto parágrafo) por

- Ⓐ **Por certo.**
- Ⓑ **É certo que.**
- Ⓒ **Possivelmente.**
- Ⓓ **Desse modo.**
- Ⓔ **Logo.**

Questão 6

No texto CG1A1, a expressão “na medida em que” (segundo período do quinto parágrafo) expressa circunstância de

- A causa.
- B concessão.
- C finalidade.
- D consequência.
- E conformidade.

Questão 7

No texto CG1A1, a expressão “capacidade imponente” (nono parágrafo) diz respeito à capacidade de

- A transposição dos recursos auferidos.
- B aumento de renda.
- C geração de imposto.
- D imposição de regras.
- E alteração do sistema tributário.

Questão 8

Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o seguinte trecho do texto CG1A1: “vinculam a receita a uma determinada despesa específica” (último período). Assinale a opção cuja proposta de reescrita preserva a correção gramatical e os sentidos do texto.

- A vinculam a receita uma determinada despesa específica
- B vinculam uma receita a determinada despesa específica
- C vinculam a receita à determinada despesa específica
- D vinculam à receita determinada despesa específica
- E vinculam à receita a uma determinada despesa específica

Texto CG1A2-I

Ainda há muito o que estudar sobre a árvore genealógica das línguas de todo o continente americano. Como na África, a linguística moderna chegou tarde a essa região e encontrou um cenário marcado pela destruição, pelo desaparecimento não documentado de uma quantidade de idiomas que mal conseguimos avaliar. Os idiomas que se viram mais diretamente envolvidos no processo de formação do português que viríamos a falar no Brasil são os do grupo tupi, falados por nações como os caetés, potiguara, tamoio, tupinambá, tupiniquim... Esses povos parecem ter iniciado uma imigração a partir da Amazônia, no início da Era Comum, ou seja, há mais de 2.000 anos. Por um lado, eles se expandiram para o litoral norte, depois rumo ao nordeste e ao sudeste do Brasil; por outro, desceram a região central rumo ao sul do país.

A presença mais ou menos uniforme de grupos tupis nas costas do Brasil teria um papel fundamental na história linguística do que um dia viria a ser essa imensa nação lusófona na América do Sul. Numa região de vegetação fechada e rala densidade populacional, o litoral era o fio condutor mais vigoroso de contatos e aproximações. E como os povos que habitavam um trecho gigantesco do litoral brasileiro eram relacionados, isso gerava um tipo de uniformidade de hábitos, tradições e idioma, que possibilitou que os portugueses os considerassem como “um povo”, falante de uma mesma língua, uma forma do tupi, que, ao que parece, variava pouco entre um grupo e outro. Essa foi a língua cuja gramática, afinal, seria descrita pelos jesuítas europeus — a língua que estaria na base de uma das legítimas “línguas brasileiras” que foram desenvolvidas aqui e que, séculos depois da chegada dos portugueses, ainda representariam uma direta concorrência para o sucesso do idioma de Portugal nessas plagas.

Questão 9

Entende-se do texto CG1A2-I que

- A inexistem registros documentais das línguas originárias da África e da América do Sul.
- B o português falado no Brasil pertence ao grupo tupi.
- C o grupo tupi abarca idiomas de nações como caetés, potiguara, tamoio, tupinambá, tupiniquim.
- D os jesuítas europeus desprezaram a gramática do português falado no litoral brasileiro.
- E inexistem, atualmente, idiomas falados pelos povos originários do continente americano.

Questão 10

No terceiro período do primeiro parágrafo do texto CG1A2-I, as formas verbais “viram” e “viríamos”

- A são, ambas, transitivas indiretas.
- B estão flexionadas, respectivamente, no pretérito perfeito e no pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.
- C são formas flexionadas dos verbos **ver** e **vir**, respectivamente.
- D estão ambas flexionadas no futuro do subjuntivo.
- E estabelecem concordância com o termo “idiomas”.

Questão 11

Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto CG1A2-I, a locução verbal “foram desenvolvidas” (último período do texto) poderia ser substituída por

- A **se desenvolverão.**
- B **tinha desenvolvido.**
- C **vinha desenvolvendo.**
- D **se desenvolveram.**
- E **desenvolveu.**

Questão 12

Julgue os itens a seguir, em relação ao vocábulo “cuja”, empregado em “Essa foi a língua cuja gramática, afinal, seria descrita pelos jesuítas europeus”, no último período do texto CG1A2-I.

- I O referente do vocábulo em questão é “a língua”.
- II O referido vocábulo concorda em pessoa e número com o termo “gramática”.
- III O vocábulo em questão poderia ser substituído corretamente, sem prejuízo do sentido original do texto, por **em que a**.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Espaço livre

Texto CG1A2-II

Um levantamento sobre *startups* de base científica e tecnológica na América Latina mostrou uma disparidade entre o Brasil e alguns de seus vizinhos na capacidade de atrair financiamento privado para essas empresas. Se, por um lado, o Brasil concentra o maior número de *startups deep techs* — 72,3% das 1.316 empresas mapeadas na região são brasileiras —, por outro, aparece apenas em terceiro lugar em volumes de investimentos privados em 2024. Tais empresas, referidas como *deep techs*, se distinguem por propor inovações com potencial disruptivo, apresentar ciclos de pesquisa e desenvolvimento demorados e exigir investimentos consideráveis de longo prazo.

Estudo recente expõe a dificuldade das empresas brasileiras: 47% declararam não ter recebido nenhum tipo de investimento e, entre as que conseguiram, o número de beneficiadas com recursos públicos foi cinco vezes superior ao das que atraíram capital privado. A maioria das *deep techs* do Chile e da Argentina também teve dificuldade de obter recursos, mas um número restrito de *startups* obtiveram aportes extraordinários. Uma única empresa chilena, que oferece alternativas veganas a produtos de origem animal, como leite, maionese, hambúrgueres, feitos à base de plantas, levantou US\$ 466 milhões, o equivalente a 75% da captação das *deep techs* do país. Já a Argentina se distingue por atrair investimentos para *startups* de tecnologia aeroespacial. O principal destaque é uma empresa operadora de satélites destinados a fornecer dados e serviços de monitoramento ambiental, que levantou US\$ 287 milhões.

Os recursos conquistados em 2024 pelas *deep techs* brasileiras mais bem-sucedidas estão bem abaixo desse patamar, de acordo com os dados disponíveis. Na liderança, com US\$ 23,6 milhões captados, consta uma empresa que criou uma tecnologia não invasiva de monitoramento da pressão intracraniana utilizada por mais de 80 hospitais e clínicas no Brasil.

O desempenho do Brasil se explica por uma característica peculiar de suas *startups*, pois a maioria delas surge para atender o mercado interno, que é grande o suficiente para sustentar as empresas. No entanto, as soluções não são escaláveis para outros mercados e, por isso, há mais dificuldade de atrair investimentos de fundos internacionais.

Fabrizio Marques. *Travas no investimento*.
In: *Pesquisa FAPESP*, n.º 359, jan./2026, p. 19-20 (com adaptações).

Questão 13

Infere-se do texto CG1A2-II que

- Ⓐ a escala de produção das empresas brasileiras de tecnologia restringe-se ao atendimento da demanda do mercado interno.
- Ⓑ uma empresa brasileira do setor hospitalar lidera a produção de equipamentos de monitoramento da pressão intracraniana para o mercado interno.
- Ⓒ uma empresa argentina de tecnologia aeroespacial lidera a oferta de monitoramento ambiental para a América Latina.
- Ⓓ as *startups* brasileiras destacam-se pela capacidade de atrair investimentos privados, em detrimento dos públicos.
- Ⓔ uma empresa chilena lidera a produção de alimentos veganos para a América Latina.

Questão 14

Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada para o último período do primeiro parágrafo é gramaticalmente correta e coerente com as ideias do texto CG1A2-II.

- Ⓐ Tais empresas, distinguem-se das *deep techs*, por proporem inovações com potencial disruptivo, que apresentam ciclos de pesquisa e demorados desenvolvimentos e exigem investimentos consideráveis de longo prazo.
- Ⓑ Tais empresas, são designadas como *deep techs*, por proporem inovações com potencial disruptivo, apresentarem demorados ciclos de pesquisa e desenvolvimento e exigirem investimentos consideráveis de longo prazo.
- Ⓒ Referidas como *deep techs*, tais empresas, se distinguem por propor inovações com potencial disruptivo, apresentar demorados ciclos de pesquisa e de desenvolvimento, pela exigência de investimentos consideráveis de longo prazo.
- Ⓓ Distingue-se tais empresas, referidas como *deep techs*, porque propõem inovações com potencial disruptivo e apresentam ciclos de pesquisa, que exigem desenvolvimentos demorados e investimentos consideráveis de longo prazo.
- Ⓔ Designadas como *deep techs*, tais empresas distinguem-se por proporem inovações com potencial disruptivo, apresentarem ciclos de pesquisa e desenvolvimentos demorados e exigirem investimentos consideráveis de longo prazo.

Questão 15

No primeiro período do último parágrafo do texto CG1A2-II, o vocábulo “peculiar” tem o mesmo sentido da palavra

- Ⓐ anormal.
- Ⓑ inovadora.
- Ⓒ inédita.
- Ⓓ típica.
- Ⓔ proeminente.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 16**

De acordo com a jurisprudência do STF, possui legitimidade para opor embargos de declaração nas ações de controle concentrado de constitucionalidade

- Ⓐ estado-membro da Federação, ainda que não figure como parte no processo.
- Ⓑ *amicus curiae*, desde que tenha sido admitido no processo de natureza objetiva.
- Ⓒ procurador-geral do estado, em nome do ente federado, ainda que sem subscrição do governador, na hipótese de a ação ter sido proposta contra norma editada pelo ente político que representa.
- Ⓓ *amicus curiae*, ainda que não tenha sido admitido no processo de natureza objetiva.
- Ⓔ terceiro que não tenha sido admitido nos autos da ação em curso.

Questão 17

Segundo a jurisprudência do STF, é cabível a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) perante o STF

- Ⓐ como sucedâneo recursal.
- Ⓑ quando, contra o mesmo ato do poder público, também for cabível ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- Ⓒ para impugnar decisão judicial liminar, de natureza provisória e precária, proferida em ação direta de inconstitucionalidade que tenha suspenso a eficácia de dispositivos de lei estadual.
- Ⓓ com a finalidade de rescindir decisão judicial já transitada em julgado.
- Ⓔ ainda que, contra o mesmo ato do poder público, seja cabível ação direta de inconstitucionalidade perante tribunal de justiça, desde que a ADPF envolva controvérsia constitucional relevante cuja solução transcenda o interesse local e exija a uniformização em âmbito nacional.

Questão 18

Consoante a jurisprudência do STF, a ação direta de inconstitucionalidade por omissão

- Ⓐ não é cabível quando houver projetos legislativos em andamento sobre a mesma matéria, pois isso demonstra a inexistência de mora do Poder Legislativo.
- Ⓑ apenas é cabível em relação a norma constitucional de eficácia plena que dependa de complementação legislativa para produzir efeitos.
- Ⓒ é instrumento destinado a suprir omissões administrativas, não sendo aplicável a omissões legislativas.
- Ⓓ é cabível quando da Constituição Federal de 1988 veicula norma de eficácia limitada dependente de regulamentação, e a mera existência de projeto de lei em tramitação não afasta a mora constitucional.
- Ⓔ é cabível sempre que houver projeto de lei em tramitação sobre norma constitucional de eficácia contida ainda não regulamentada.

Questão 19

Segundo entendimento do STF, os sindicatos têm legitimidade extraordinária para defender, em juízo, os direitos e interesses

- Ⓐ coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, inclusive nas fases de liquidação e execução de sentença, independentemente de autorização dos substituídos.
- Ⓑ coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, exceto nas fases de liquidação e execução de sentença, independentemente de autorização dos substituídos.
- Ⓒ coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, inclusive nas fases de liquidação e execução de sentença, desde que haja autorização dos substituídos.
- Ⓓ apenas coletivos dos integrantes da categoria que representam, inclusive nas fases de liquidação e execução de sentença, desde que haja autorização dos substituídos.
- Ⓔ coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, exceto nas fases de liquidação e execução de sentença, desde que haja autorização dos substituídos.

Questão 20

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é condição de elegibilidade a idade mínima de

- Ⓐ 18 anos para o cargo de prefeito.
- Ⓑ 30 anos para o cargo de deputado federal.
- Ⓒ 21 anos para o cargo de juiz de paz.
- Ⓓ 35 anos para o cargo de governador.
- Ⓔ 21 anos para o cargo de vereador.

Questão 21

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é privativo de brasileiro nato o cargo de

- Ⓐ ministro do STJ.
- Ⓑ ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.
- Ⓒ senador da República.
- Ⓓ carreira diplomática.
- Ⓔ deputado federal.

Questão 22

O STF firmou entendimento no sentido de que a presença de símbolos religiosos em prédios públicos

- Ⓐ viola os princípios da laicidade estatal e da não discriminação, mas não viola o princípio da impessoalidade.
- Ⓑ viola o princípio da laicidade estatal, mas não viola os princípios da não discriminação e da impessoalidade.
- Ⓒ viola os princípios da laicidade estatal, da não discriminação e da impessoalidade, independentemente do objeto de sua exposição.
- Ⓓ não viola os princípios da não discriminação, da laicidade estatal e da impessoalidade, ainda que sua exposição não tenha o objetivo de manifestar a tradição cultural da sociedade brasileira.
- Ⓔ não viola os princípios da não discriminação, da laicidade estatal e da impessoalidade, desde que tenha o objetivo de manifestar a tradição cultural da sociedade brasileira.

Questão 23

Conforme o STF, a vedação a que candidato aprovado em concurso público venha a tomar posse no cargo por não preencher os requisitos de gozo dos direitos políticos e quitação eleitoral, em razão de condenação criminal transitada em julgado,

- I é inconstitucional, quando este for o único fundamento para sua eliminação no certame, ficando o início do efetivo exercício do cargo condicionado ao término da pena ou à decisão judicial.
- II viola os princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho, quando aquele for o único fundamento para a eliminação do candidato no certame.
- III é constitucional, ficando a posse no cargo condicionada ao término da pena.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item I está certo.
- Ⓒ Apenas o item II está certo.
- Ⓓ Apenas o item III está certo.
- Ⓔ Apenas os itens I e II estão certos.

Espaço livre

Questão 24

Determinado governador de estado, ao ter conhecimento de que tramita no STF uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que impugna determinada lei estadual, peticionou ao STF, informando que também está em trâmite outra ADI com idêntico objeto no tribunal de justiça de seu estado.

Na situação apresentada, de acordo com o STF, a ADI em curso no tribunal de justiça do estado deve

- A** ser remetida obrigatoriamente ao STF, para julgamento conjunto, aplicando-se a regra da litispendência e de continência.
- B** ter seu curso suspenso até o julgamento final da ADI proposta no STF, desde que esta tenha sido proposta primeiro.
- C** ter seu curso suspenso até o julgamento final da ADI proposta no STF, independentemente de qual das ações tenha sido proposta primeiro.
- D** ser julgada normalmente, independentemente da existência de ADI idêntica em curso no STF, porquanto a competência originária do STF não exclui a competência dos tribunais de justiça para o controle concentrado de constitucionalidade estadual.
- E** ser, desde logo, extinta, a fim de que o STF examine o mérito da controvérsia constitucional.

Questão 25

Suponha que determinada lei preveja que o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão pela prática de improbidade administrativa não poderá retornar ao serviço público. Conforme a jurisprudência do STF, essa vedação é

- A** constitucional, por se tratar de requisito de idoneidade moral para o exercício de cargo público, passível de fixação permanente pelo legislador.
- B** inconstitucional, por impor sanção de caráter perpétuo.
- C** constitucional, desde que autorizada em lei complementar.
- D** inconstitucional apenas quando não tiver ocorrido o trânsito em julgado da condenação administrativa do servidor.
- E** constitucional, com fundamento no princípio da moralidade administrativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 26**

A noção de que os atos praticados pela administração pública são válidos perante o direito, até que se faça o contraditório, caracteriza o atributo da

- A** imperatividade dos atos administrativos.
- B** presunção de legitimidade dos atos administrativos.
- C** presunção de tipicidade dos atos administrativos.
- D** autoexecutoriedade dos atos administrativos.
- E** presunção de veracidade dos atos administrativos.

Questão 27

As manifestações internas da administração pública capazes de disciplinar o funcionamento de seus órgãos e a conduta dos agentes públicos são classificadas como espécie de ato

- A** enunciativo.
- B** ordinário.
- C** normativo.
- D** ordinatório.
- E** negocial.

Questão 28

Considerando a distinção constitucional entre cargo público, emprego público e função pública, assinale a opção correta.

- A** Função pública confunde-se com cargo em comissão, por ser de livre nomeação e exoneração.
- B** Função de confiança é provida por livre nomeação, sem a necessidade de que o ocupante tenha sido previamente aprovado em concurso público.
- C** O exercício de função pública, ainda que transitório, exige vínculo estatutário do ocupante da função.
- D** Excepcionalmente, pode ser formalizada função pública por tempo determinado, desde que prevista em lei.
- E** Agentes temporários podem desempenhar função de confiança na administração pública, desde que haja autorização legal.

Questão 29

Considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial consolidado a respeito do regramento jurídico aplicável à remuneração de agentes públicos, assinale a opção correta.

- A** Acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor público serão acumulados para concessão de acréscimos ulteriores.
- B** É inadmissível a redução de remuneração de servidores, ainda que ela ultrapasse o teto constitucional, haja vista o direito adquirido.
- C** É de dez anos o prazo decadencial para revisão dos atos que tenham concedido vantagens indevidas a servidores.
- D** Admite-se, em regra, a penhora de vencimentos quando resultante de determinação judicial em processo ordinário de execução.
- E** Segundo a jurisprudência do STJ, o servidor que receber pagamento indevido por erro administrativo operacional não estará obrigado a devolver os valores caso comprove boa-fé objetiva.

Questão 30

Em relação ao regime constitucional da responsabilidade civil do Estado e à natureza dos atos praticados pela administração pública, assinale a opção correta.

- A** A indenização por danos decorrentes de condutas lícitas é restrita a perdas materiais.
- B** A responsabilidade é solidária quando se trata de danos causados por terceiro em nome da administração pública.
- C** A indenização devida em razão da prática de ato ilícito restringe-se a danos anormais e específicos.
- D** Para fins de responsabilidade civil do Estado, é imprescindível a análise quanto à licitude do ato lesivo.
- E** Havendo prejuízo anormal e específico por conduta de agente público, o Estado é obrigado a indenizar o prejudicado.

Questão 31

A respeito do reconhecimento da responsabilidade civil do Estado e da aplicação de excludentes dessa responsabilidade, assinale a opção correta.

- A** Mesmo na hipótese de culpa exclusiva da vítima, subsiste o requisito do nexo de causalidade para a responsabilização do Estado.
- B** A exclusão de responsabilidade do Estado exige a comprovação de dolo ou culpa do agente estatal que causou o dano.
- C** Em caso de força maior, é admissível a culpa do serviço público quando comprovada omissão específica.
- D** O Estado tem responsabilidade subsidiária por danos decorrentes de atos exclusivos de terceiros.
- E** Admite-se excludente de responsabilidade quando a vítima concorre para a ocorrência do dano.

Questão 32

Assinale a opção correta a respeito da estrutura dos entes e das entidades que compõem a administração pública.

- Ⓐ A autarquia fundacional difere da autarquia em regime especial por ter natureza de direito privado.
- Ⓑ Tribunais de contas são pessoas jurídicas originárias que integram a administração pública direta.
- Ⓒ É vedado ao chefe do Poder Executivo criar e extinguir órgãos da administração direta, por ser medida de iniciativa restrita ao Congresso Nacional.
- Ⓓ Órgãos autônomos dispõem de competência de planejamento, supervisão e controle da atividade pública.
- Ⓔ A descentralização representa a repartição de funções entre unidades despersonalizadas da administração pública.

Questão 33

A capacidade atribuída à administração pública para dispor sobre os próprios atos discricionários, com poder de anulação ou revogação, refere-se ao princípio de

- Ⓐ autotutela.
- Ⓑ controle ou tutela.
- Ⓒ hierarquia.
- Ⓓ moralidade.
- Ⓔ razoabilidade.

Questão 34

À luz das determinações da Lei n.º 14.133/2021 referentes à participação de pessoas jurídicas em consórcio nos processos de licitação pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Atos praticados em consórcio geram responsabilidade solidária a seus integrantes.
- Ⓑ Exige-se comprovação de compromisso de constituição de consórcio, dispensada a subscrição.
- Ⓒ A empresa consorciada poderá participar de mais de um consórcio na mesma licitação.
- Ⓓ Qualquer integrante do consórcio poderá representá-lo perante a administração pública.
- Ⓔ Não se admite o somatório dos quantitativos de cada consorciado para efeito de habilitação técnica.

Questão 35

A respeito das prerrogativas e dos poderes da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ A apuração de infrações funcionais de servidores e a aplicação de penalidades são funções típicas do poder hierárquico.
- Ⓑ O poder hierárquico da administração pública se aplica eventualmente a particulares.
- Ⓒ A edição de atos gerais abstratos decorre do poder disciplinar da administração pública.
- Ⓓ O poder de polícia reveste-se de coercibilidade, com admissão do uso da força pública.
- Ⓔ Autoexecutoriedade e discricionariedade são atributos do poder de regulamentar do Estado.

DIREITO COMERCIAL**Questão 36**

Em relação ao registro de empresas, gozam de tratamento especial e diferenciado, nos termos da legislação,

- Ⓐ a sociedade unipessoal e o pequeno empresário.
- Ⓑ o empresário individual e a sociedade unipessoal.
- Ⓒ o empresário rural e o empresário individual.
- Ⓓ a empresa de pequeno porte e a sociedade unipessoal.
- Ⓔ o pequeno empresário e o empresário rural.

Questão 37

Conforme os regramentos sobre o exercício da atividade empresarial, é correto afirmar que estão aptos a atuar como administradores de sociedade empresária

- Ⓐ investigados em ação penal de peculato.
- Ⓑ servidores públicos federais.
- Ⓒ empresários com falência decretada.
- Ⓓ membros do Ministério Público.
- Ⓔ oficiais militares da ativa.

Questão 38

Assinale a opção que apresenta hipótese que enseja a caracterização do estado de insolvência.

- Ⓐ alienação de bens disposta no plano de recuperação judicial
- Ⓑ liquidação de ativos constante no plano de recuperação judicial
- Ⓒ habilitação de representante quando da ausência do domicílio
- Ⓓ não pagamento de títulos executivos sem protesto
- Ⓔ retardamento de pagamentos por simulação de negócios

Questão 39

As sociedades em nome coletivo têm por característica

- Ⓐ a participação do sócio nos lucros e nas perdas da sociedade.
- Ⓑ a ausência de responsabilidade do sócio por dívidas sociais contraídas anteriormente à sua admissão.
- Ⓒ a limitação da responsabilidade dos sócios à integralização das cotas.
- Ⓓ a participação de pessoas físicas ou jurídicas no quadro societário.
- Ⓔ a constituição por meio de estatuto social.

Questão 40

Considerando os casos de abuso da personalidade jurídica, assinale a opção que indica situação que configura confusão patrimonial.

- Ⓐ a transferência de ativos sem as efetivas contraprestações, salvo se seu valor for proporcionalmente insignificante
- Ⓑ o cumprimento pontual de obrigação do administrador pela sociedade
- Ⓒ a alteração da finalidade original da atividade econômica da sociedade
- Ⓓ a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores
- Ⓔ a aquisição de passivos sem as devidas contraprestações

DIREITO CIVIL**Questão 41**

De acordo com a jurisprudência do STJ, um bem adquirido onerosamente por apenas um dos cônjuges durante o casamento sob o regime de separação convencional de bens

- Ⓐ somente será comunicável se estiver registrado em nome de ambos os cônjuges.
- Ⓑ não poderá ser objeto de partilha em ação de divórcio, ainda que comprovado o esforço comum para a aquisição.
- Ⓒ não poderá ser objeto de partilha em ação de divórcio, pois não houve esforço comum para a aquisição.
- Ⓓ poderá ser objeto de partilha em ação de divórcio, desde que comprovado que houve esforço comum para a aquisição.
- Ⓔ será obrigatoriamente comunicável, em razão da presunção absoluta de esforço comum entre os cônjuges.

Questão 42

Considerando a doação de bem imóvel particular realizada por cônjuge casado sob regime de comunhão parcial de bens, assinale a opção correta conforme a jurisprudência do STJ.

- Ⓐ A outorga conjugal somente será exigida para a validade do negócio jurídico se o bem imóvel tiver sido adquirido onerosamente durante o casamento.
- Ⓑ A outorga conjugal apenas é exigida para a alienação de bens imóveis comuns.
- Ⓒ A doação exige a outorga conjugal como requisito de validade do negócio jurídico, sendo anulável apenas se comprovado prejuízo à meação do outro cônjuge.
- Ⓓ A doação exige a outorga conjugal como requisito de validade do negócio jurídico, sendo anulável independentemente da demonstração de prejuízo à meação do outro cônjuge.
- Ⓔ A doação não exige a outorga conjugal como requisito de validade do negócio jurídico.

Questão 43

Os pais de Felipe, morto em acidente aéreo, ajuizaram ação de reparação de danos morais e materiais pelo fato. A causa de pedir fundamentou-se na alegada culpa do piloto e do proprietário da aeronave, os quais, também falecidos no acidente, haviam decolado sem abastecimento adequado e sem habilitação.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta segundo a jurisprudência do STJ.

- Ⓐ A prescrição da pretensão indenizatória somente começará a correr após o trânsito em julgado de eventual ação penal.
- Ⓑ A prescrição da pretensão indenizatória somente terá início após a sentença condenatória criminal, ainda que recorrível.
- Ⓒ A pretensão indenizatória civil depende da apuração da responsabilidade penal, em razão da prejudicialidade entre as esferas cível e criminal.
- Ⓓ A prescrição da pretensão indenizatória pode correr, pois eventual procedimento investigatório instaurado não resultará na persecução penal dos responsáveis pelo acidente.
- Ⓔ Diante da inexistência de ação penal em razão do falecimento dos responsáveis pelo acidente, é suspenso o curso da prescrição da pretensão indenizatória até o encerramento das investigações.

Questão 44

O Código Civil veda que a prescrição corra contra

- Ⓐ pessoas relativamente incapazes.
- Ⓑ irmãos, enquanto perdurar o vínculo de parentesco.
- Ⓒ herdeiros, enquanto não houver partilha.
- Ⓓ pessoas com deficiência.
- Ⓔ pessoas absolutamente incapazes.

Questão 45

Maria escreveu e assinou testamento particular em momentos e locais distintos das suas testemunhas. Após o falecimento de Maria, em ação de abertura, registro e cumprimento do testamento particular, as testemunhas afirmaram não existir qualquer dúvida quanto à capacidade mental da testadora e à espontaneidade da manifestação de vontade, bem como confirmaram que as assinaturas eram delas e da testadora.

Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento do STJ, o testamento é

- Ⓐ inexistente, por ausência de requisito essencial à formação do ato jurídico.
- Ⓑ nulo, em razão do descumprimento de norma de ordem pública.
- Ⓒ anulável e ineficaz, em razão do descumprimento das formalidades legais essenciais à validade do testamento particular.
- Ⓓ válido, porém ineficaz, por não atender integralmente aos requisitos legais exigidos para a produção de seus efeitos jurídicos.
- Ⓔ válido e eficaz, pois as formalidades previstas em lei não devem ser interpretadas de maneira excessivamente rigorosa a ponto de afrontar a vontade da pessoa testadora e inviabilizar o cumprimento de sua última vontade.

DIREITO PENAL**Questão 46**

Assinale a opção correta em relação aos princípios fundamentais do direito penal.

- Ⓐ O princípio da intervenção mínima determina que o direito penal seja utilizado como primeira forma de controle social.
- Ⓑ O princípio da culpabilidade autoriza a punição do agente com base apenas no resultado do fato, independentemente de dolo ou culpa.
- Ⓒ O princípio da insignificância impõe a punição de todas as condutas típicas, ainda que causem mínima lesão ao bem jurídico.
- Ⓓ O princípio da legalidade permite a criação de crimes baseada em costumes sociais, desde que estes sejam amplamente aceitos pela sociedade.
- Ⓔ O princípio da anterioridade estabelece que ninguém pode ser punido por fato que não era considerado crime antes da prática do ato.

Questão 47

Assinale a opção que indica causa extintiva da punibilidade prevista no Código Penal.

- Ⓐ reincidência do agente
- Ⓑ coação física irresistível
- Ⓒ escusa absolutória
- Ⓓ obediência hierárquica
- Ⓔ coação moral irresistível

Questão 48

De acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, assinale a opção correta.

- Ⓐ A conduta do agente durante o cumprimento de ordem judicial legalmente emanada não encontra tipificação na mencionada lei, mesmo que haja excesso de sua parte.
- Ⓑ A lei em vigência revogou integralmente todas as normas anteriores que tratavam de responsabilidade de agentes públicos por atos ilegais.
- Ⓒ A lei exige, para a configuração do crime de abuso de autoridade, a comprovação de dolo específico, consistente na finalidade de prejudicar outrem, beneficiar a si ou a terceiro, ou agir por mero capricho ou satisfação pessoal.
- Ⓓ O sujeito ativo dos crimes de abuso de autoridade, em regra, pode ser qualquer pessoa, independentemente do exercício de função pública.
- Ⓔ A responsabilização por abuso de autoridade ocorre exclusivamente na esfera penal, sendo as respectivas condutas insuscetíveis de outras formas de responsabilidade nas esferas civil e administrativa.

Questão 49

Considerando os métodos de interpretação da lei penal e o uso da analogia no âmbito do direito penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ A interpretação histórica da lei penal permite a criação de tipos penais implícitos quando demonstrada a vontade inequívoca do legislador à época da edição da norma.
- Ⓑ A interpretação extensiva e a analogia são institutos idênticos, distinguindo-se apenas quanto à técnica argumentativa utilizada pelo intérprete.
- Ⓒ A analogia *in malam partem* é admissível no direito penal quando há lacuna normativa e o bem jurídico tutelado exige proteção imediata.
- Ⓓ A interpretação teleológica pode ampliar o alcance da norma penal incriminadora para incluir condutas não incriminadas, desde que respeitado o princípio da legalidade estrita.
- Ⓔ Diante da inexistência de disposição precisa da lei que alcance determinado caso concreto, é admitida a analogia no direito penal, desde que utilizada em benefício do réu.

Questão 50

João, servidor público estadual, valendo-se do cargo que ocupa, exigiu vantagem econômica indevida de particular, para deixar de praticar determinado ato de ofício. Maria, por sua vez, também servidora pública, apropriou-se, em proveito de terceiro, de valores públicos sob sua guarda, em razão do cargo. Pedro, que não é servidor público, ofereceu vantagem indevida a um agente público para que este praticasse ato contrário ao dever funcional.

Acerca das condutas descritas na situação hipotética anterior, assinale a opção correta com base na legislação penal e no entendimento doutrinário vigentes.

- Ⓐ João praticou o crime de excesso de exação; Maria, o crime de peculato-desvio; e Pedro, o crime de tráfico de influência.
- Ⓑ João praticou o crime de concussão; Maria, o crime de peculato; e Pedro, o crime de corrupção ativa.
- Ⓒ João praticou o crime de corrupção passiva; Maria, o crime de peculato culposo; e Pedro, o crime de advocacia administrativa.
- Ⓓ João praticou o crime de prevaricação; Maria, o crime de peculato; e Pedro, o crime de corrupção passiva.
- Ⓔ João praticou o crime de corrupção passiva; Maria, o crime de concussão; e Pedro, o crime de corrupção ativa.

DIREITO FINANCEIRO**Questão 51**

Com base nas normas da Constituição Federal de 1988 acerca da lei orçamentária e sua tramitação legislativa, bem como no posicionamento do STF sobre a matéria, assinale a opção correta.

- Ⓐ É constitucional que um estado, por regra de sua Constituição estadual, exclua do cômputo das emendas parlamentares impositivas as despesas inscritas em restos a pagar, para garantir sua execução integral no mesmo exercício.
- Ⓑ Constituição estadual pode impor que prioridades orçamentárias estabelecidas em audiências públicas regionais façam parte do orçamento.
- Ⓒ É inconstitucional norma estadual que veda o cômputo de restos a pagar para o cumprimento da execução orçamentária e financeira obrigatória dos programas de trabalho incluídos no âmbito da respectiva unidade federativa.
- Ⓓ A proposta orçamentária elaborada pelo Poder Judiciário não pode ser objeto de controle e modificações pelo Poder Legislativo, em respeito à separação de Poderes.
- Ⓔ Compete à União editar normas gerais sobre direito financeiro e orçamento, enquanto os estados e o Distrito Federal têm apenas competência suplementar para legislar sobre a matéria, o que lhes permite acrescentar regras locais sobre elaboração da lei orçamentária anual e sobre critérios para a execução financeira de programações de caráter obrigatório.

Questão 52

No que se refere à fiscalização financeira e orçamentária dos entes estaduais, assinale a opção correta de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o posicionamento do STF.

- Ⓐ O parecer prévio emitido pelo tribunal de contas do estado sobre as contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo estadual terá juízo conclusivo e valor de julgamento.
- Ⓑ A LRF permite a fixação de tetos de gastos particularizados por Poder estadual, sendo a despesa total com pessoal no Poder Executivo estadual, em cada período de apuração, limitada a 49% da receita corrente líquida do estado.
- Ⓒ É indevida a inscrição de um estado federado no Cadastro Único de Convênios (SIAFI/CAUC) por irregularidades trabalhistas sem que haja decisão judicial prévia.
- Ⓓ A autonomia financeira do ente estadual é comprometida quando a legislação local fixa limites de endividamento inferiores aos nacionais, prerrogativa que é exclusiva do Senado Federal.
- Ⓔ Em nenhuma hipótese é viável o remanejamento proporcional da distribuição interna do limite global da receita corrente líquida para as despesas com pessoal entre a assembleia legislativa e o tribunal de contas do estado.

Espaço livre

Questão 53

Cada uma das opções a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em relação a precatórios. Assinale a opção cuja assertiva é correta, consoante a jurisprudência do STF.

- Ⓐ Um credor de um contrato administrativo de fornecimento de merenda escolar obteve liminar que determinou o arresto imediato de verbas do tesouro estadual, sob o argumento de que a verba seria necessária para manter o serviço alimentar essencial. Nesse caso, o valor deve ser imediatamente transferido para o fornecedor, de modo que não haja interrupção no fornecimento das merendas.
- Ⓑ Tribunal de justiça estadual aplicou a taxa SELIC para fins de recomposição durante o chamado período de graça, entre a expedição e o final do exercício seguinte de um precatório expedido em 2024. É legítima a aplicação da taxa SELIC durante o período de graça constitucional para a correção integral do valor devido ao credor do precatório, ante da demora estatal.
- Ⓒ Um credor solicitou a expedição de um precatório complementar depois de ter identificado um erro material de cálculo no precatório já expedido e pago pelo estado. Nessa situação, é vedada a expedição de precatório complementar para fins de correção do erro material no cálculo original, devendo o credor ajuizar nova ação de cobrança.
- Ⓓ Por decisão judicial, foram bloqueadas, para pagamento de verbas trabalhistas, as contas de uma sociedade de economia mista de saneamento que fornece água encanada em regime de exclusividade e possui previsão estatutária de distribuição de dividendos aos acionistas minoritários. Nesse caso, a empresa, apesar de estatal, não faz jus ao regime de precatórios, uma vez que a finalidade primária de distribuição de lucros afasta a aplicação do art. 100 da Constituição Federal de 1988.
- Ⓔ O estado X, que enfrenta grave crise fiscal e está com o pagamento de precatórios em atraso há três anos, realizou a desapropriação de um imóvel particular para construir uma escola, contudo o proprietário do imóvel questionou, em juízo, o valor já indenizado, e o juiz fixou uma complementação da indenização. Na desapropriação mencionada, o pagamento da complementação da indenização deve-se submeter ao sistema de precatórios, independentemente do atraso no pagamento de precatórios pelo ente federativo.

Questão 54

No que diz respeito à contabilidade dos créditos da fazenda pública e à classificação da dívida ativa, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 4.320/1964 e a LRF.

- Ⓐ O Poder Executivo estadual colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo sessenta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, incluindo a receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- Ⓑ Os créditos da fazenda pública, independentemente de sua natureza, devem ser escriturados como receita do exercício no momento da sua inscrição como dívida ativa, garantindo-se a antecipação do registro orçamentário.
- Ⓒ Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas podem ser desvinculados e utilizados para o custeio de despesas correntes de natureza diversa, desde que o ingresso do recurso tenha ocorrido em exercício financeiro anterior ao da execução.
- Ⓓ O Poder Executivo estadual tem o prazo de até noventa dias após a publicação da lei orçamentária anual para estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, sob pena de crime de responsabilidade.
- Ⓔ No desdobramento das metas bimestrais de arrecadação, o Poder Executivo estadual deve especificar, em separado, a quantidade e os valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Questão 55

Acerca da cessão onerosa de direitos creditórios pelos estados, assinale a opção correta.

- Ⓐ A cessão de direitos creditórios por um estado não poderá abranger percentuais do crédito que, por força de regras de transferências constitucionais, pertençam a outros entes da Federação.
- Ⓑ A cessão de direitos creditórios deve realizar-se até noventa dias antes da data de encerramento do mandato do chefe do Poder Executivo estadual, ressalvado o caso em que o integral pagamento pela cessão dos direitos creditórios ocorra antes dessa data.
- Ⓒ A cessão de direitos creditórios originados de parcelamentos administrativos inscritos em dívida ativa é limitada ao estoque de créditos existentes até a data de publicação da lei estadual que conceder a autorização legislativa para a operação.
- Ⓓ O estado poderá ceder onerosamente direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários, exceto quando inscritos em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado ou a fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), desde que já exista lei complementar estadual que autorize a referida cessão pelo Poder Executivo estadual.
- Ⓔ A cessão onerosa de direitos creditórios por estado federado mantém inalterados os critérios de atualização ou correção de valores e os montantes representados pelo principal, pelos juros e pelas multas, assim como as condições de pagamento e as datas de vencimento originalmente avençados entre a fazenda pública e o contribuinte, assegurando-se ao cessionário a competência de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos cedidos.

ECONOMIA**Questão 56**

Acerca de conceitos fundamentais de microeconomia, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na teoria dos jogos, o equilíbrio de Nash garante um resultado socialmente eficiente.
- Ⓑ A elasticidade-preço da demanda depende, dentre outros fatores, da disponibilidade de bens substitutos e do peso do bem no orçamento do consumidor.
- Ⓒ Curvas de indiferença representam preferências cardinais dos consumidores.
- Ⓓ Rendimentos decrescentes de escala são consequência da lei dos rendimentos marginais decrescentes.
- Ⓔ A concorrência monopolística caracteriza-se por produtos homogêneos e ausência de diferenciação.

Questão 57

Considerando o conceito de dominância fiscal e a relação entre as políticas fiscal e monetária, assinale a opção correta.

- Ⓐ A existência de um mercado financeiro interno desenvolvido impede que o governo utilize a política monetária como alicerce da política fiscal.
- Ⓑ O processo de senhoriação é uma ferramenta legítima para combater a dominância fiscal e financiar o déficit público.
- Ⓒ A existência de um banco central formalmente independente elimina a possibilidade de dominância fiscal.
- Ⓓ No contexto de dominância fiscal com aumento da taxa de juros, os agentes de mercados podem aumentar as expectativas inflacionárias, tornando contraproducente e acomodativa a política monetária.
- Ⓔ O principal indutor da inflação, no contexto de dominância fiscal, é o excesso de demanda agregada.

Questão 58

A respeito do mercado de trabalho no Brasil e das atuais condições de emprego e renda, assinale a opção correta.

- A** O crescimento do emprego concentrado em serviços de menor produtividade fortalece a relação entre crescimento do produto e redução do desemprego, ampliando a validade empírica da Lei de Okun no Brasil.
- B** A expansão dos postos de trabalho por meio de plataformas digitais eleva a produtividade média do trabalho, uma vez que reduz custos trabalhistas e aumenta a flexibilidade das empresas.
- C** Segundo a teoria neoclássica, aumentos do salário mínimo, em economias com elevado grau de informalidade, elevam o desemprego estrutural.
- D** A elevação da oferta de postos de trabalho por meio de plataformas digitais, segundo o modelo clássico, garante a eliminação do desemprego involuntário por meio do ajuste do salário real.
- E** No longo prazo, a predominância de relações informais de trabalho e de menor exigência de qualificação tende a restringir o crescimento econômico ao limitar o aumento da produtividade do trabalho.

Questão 59

Acerca da contabilidade fiscal e da sustentabilidade da dívida pública no Brasil, assinale a opção correta, conforme a teoria neoclássica.

- A** O resultado primário incorpora os efeitos dos juros nominais incidentes sobre a dívida pública.
- B** A dívida líquida é considerada o indicador mais abrangente do risco fiscal, pois independe da composição dos ativos do setor público.
- C** Juros reais persistentemente elevados aumentam o esforço fiscal necessário para estabilizar a dívida pública.
- D** No Brasil, o resultado fiscal é apurado pelo regime de competência, tanto para receitas quanto para despesas.
- E** Quando a necessidade de financiamento do setor público (NFSP) é positiva, tem-se um indicativo de superávit fiscal.

Questão 60

Desequilíbrios econômicos globais referem-se a um sistema em que alguns países acumulam superávits comerciais persistentes, enquanto outros, especialmente os Estados Unidos da América (EUA), absorvem a demanda global por meio de déficits externos e fiscais contínuos. Em relação a esse tema, julgue os itens a seguir.

- I Os EUA têm dado preferência à discussão de como combater os desequilíbrios econômicos globais em fóruns multilaterais, como forma de dissuadir outros países de práticas anticompetitivas.
- II Os chamados déficits gêmeos dos EUA são financiados pela entrada constante de capitais externos, que mantém o dólar americano valorizado e torna mais baixos os preços das importações daquele país e menos competitivas suas exportações.
- III O sistema multilateral de comércio pode levar a ajustes assimétricos entre países deficitários e superavitários, uma vez que o custo do ajuste econômico recai mais rápido sobre países deficitários.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item II está certo.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Apenas os itens II e III estão certos.

CONTABILIDADE GERAL**Questão 61**

A contabilidade é conceituada como a ciência que tem por objeto

- A** o registro apenas de atos administrativos.
- B** o patrimônio das entidades e suas variações.
- C** a apuração apenas do lucro líquido.
- D** o controle exclusivo do caixa das empresas.
- E** o estudo dos tributos incidentes sobre as entidades.

Questão 62

A principal finalidade da contabilidade é

- A** fornecer informações úteis para a tomada de decisão.
- B** controlar apenas o patrimônio líquido.
- C** registrar apenas operações financeiras.
- D** calcular impostos.
- E** atender exclusivamente ao fisco.

Questão 63

No sistema de partidas dobradas, todo lançamento contábil gera

- A** dois débitos.
- B** um único registro.
- C** apenas crédito.
- D** débito e crédito de igual valor.
- E** apenas débito.

Questão 64

No que concerne à natureza das contas, assinale a opção correta.

- A** As contas de patrimônio líquido representam aplicações de recursos.
- B** As contas de ativo têm natureza devedora, enquanto as de passivo e patrimônio líquido têm natureza credora.
- C** As contas de resultado integram a estrutura do patrimônio da entidade.
- D** As contas de ativo têm natureza credora, pois representam direitos da entidade.
- E** As contas de passivo têm natureza devedora, pois representam obrigações.

Questão 65

Uma empresa prestou serviços em dezembro de 2025, faturou em janeiro de 2026 e recebeu em fevereiro de 2026.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção em que é corretamente apresentado o momento em que a receita em questão deve ser reconhecida, de acordo com o regime de competência.

- A** entre dezembro e fevereiro, proporcionalmente
- B** janeiro de 2026, momento em que ocorreu o faturamento
- C** fevereiro de 2026, momento em que ocorreu o recebimento
- D** dezembro de 2025, momento em que ocorreu a prestação do serviço
- E** no encerramento do exercício social

Questão 66

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de juros e o recebimento de dividendos são classificados como atividades

- A** operacionais e de financiamento, respectivamente.
- B** de financiamento e de investimento, respectivamente.
- C** de investimento e de financiamento, respectivamente.
- D** operacionais.
- E** operacionais e de investimento, respectivamente.

Questão 67

Segundo o Pronunciamento CPC 16 (Estoques), quando o valor realizável líquido de um estoque torna-se inferior ao seu custo, a entidade deve

- A** realizar o ajuste do estoque apenas quando de sua venda.
- B** manter o estoque pelo custo histórico.
- C** ajustar o estoque ao valor realizável líquido, reconhecendo perda.
- D** ajustar o estoque ao valor de mercado.
- E** reavaliar o estoque ao maior valor entre custo e mercado.

Questão 68

As notas explicativas das demonstrações contábeis devem divulgar

- A** exclusivamente eventos posteriores.
- B** as políticas contábeis significativas adotadas pela entidade.
- C** apenas contingências fiscais.
- D** apenas dados quantitativos das demonstrações.
- E** inclusive informações irrelevantes, para evitar omissões.

Questão 69

Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto, o lucro líquido do exercício deve ser ajustado, entre outros itens, por

- A** despesas reconhecidas no resultado que não tenham representado saída de caixa.
- B** recebimentos de clientes ocorridos no período.
- C** pagamentos de fornecedores registrados no ativo.
- D** variações no saldo de caixa e equivalentes de caixa.
- E** receitas que não tenham afetado o resultado do exercício.

Questão 70

De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro (CPC 00), a informação contábil-financeira somente será relevante se

- A** estiver livre de qualquer julgamento profissional.
- B** tiver valor preditivo, valor confirmatório ou ambos.
- C** for apresentada de forma conservadora.
- D** for padronizada conforme a legislação societária.
- E** for mensurada com base no custo histórico.

Questão 71

No contexto em que um auditor avalia os registros e as demonstrações contábeis de uma entidade, as despesas antecipadas poderão ser avaliadas, de forma válida, pelo

- A** custo menos amortização.
- B** valor justo.
- C** valor presente.
- D** valor realizável.
- E** custo amortizado.

Questão 72

Uma entidade comercial que tenha por modelo de negócio constituir créditos pelas vendas a prazo efetivadas a seus clientes, recebendo-os quando de seus vencimentos, deve manter essa carteira de instrumentos financeiros avaliada ao

- A** custo amortizado líquido.
- B** valor justo por meio do resultado.
- C** valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- D** custo histórico.
- E** custo corrente.

Questão 73

Em relação ao procedimento de mensuração do valor justo, julgue os itens que se seguem.

- I** Ainda que valor justo e valor de mercado não sejam conceitos equivalentes, todo valor justo é uma mensuração baseada no mercado.
- II** No momento da mensuração, são essenciais as condições do item patrimonial (ativo ou passivo) levadas em conta pelos agentes do mercado.
- III** O uso do preço de cotação do item patrimonial que se deseja mensurar ou de item patrimonial similar é um procedimento consistente com a abordagem de mercado.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 74

O custo corrente de reposição, como valor justo de um ativo, está associado

- A** ao modelo de precificação de opções.
- B** à abordagem de resultado.
- C** ao método dos ganhos excedentes.
- D** à abordagem de custo.
- E** à abordagem de mercado.

Espaço livre

Questão 75

Suponha que o rol de contas a seguir tenha sido extraído do balancete patrimonial de uma entidade.

matérias-primas
produtos em elaboração
instalações
máquinas e equipamentos
peças de reposição
ferramentas
máquinas em fase de implantação
adiantamento a fornecedores de imobilizado
marcas e patentes
direitos sobre recursos naturais

Assinale a opção que indica o número de contas do ativo imobilizado em operação integrantes do rol apresentado.

- A 2
- B 10
- C 6
- D 4
- E 8

Questão 76

Na transferência de recursos de uma entidade para aquisição de outra entidade, a diferença a maior entre o valor transferido e o montante, a valor justo, de ativos tangíveis e intangíveis identificados deduzido dos passivos assumidos denomina-se

- A perda de capital.
- B ganho de capital.
- C ativos tangíveis não identificados.
- D lucro.
- E *goodwill*.

Questão 77

Assinale a opção que apresenta exemplo de fonte de informação interna capaz de indicar que a recuperabilidade do valor contábil de um ativo pode estar em risco.

- A significativa queda, no período, das taxas de juros de mercado, utilizadas para levar o valor dos ativos da entidade a valor presente
- B indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu muito acima do esperado para o período
- C verificação, no período corrente, de mudanças significativas nos ambientes tecnológico, de mercado, econômico ou legal, com efeito desfavorável para a entidade
- D valor contábil do patrimônio líquido da entidade maior que o valor de suas ações no mercado
- E planos da entidade para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual o ativo pertence

Questão 78

Certa entidade assinou um contrato de importação de determinado equipamento produtivo, a ser pago no momento de seu desembarque no porto. Nessa transação, o exportador estrangeiro concedeu à entidade significativo desconto no momento da aquisição, sob a condição de que o contrato seja irrevogável. O desembarque está previsto para ocorrer em 90 dias.

Nessas condições, a empresa deve fazer um registro contábil

- A nas despesas operacionais.
- B no imobilizado de operação.
- C no caixa.
- D no ativo circulante.
- E no passivo exigível.

Questão 79

Considere que sejam requisitos para o reconhecimento de determinado item patrimonial: a existência de uma obrigação presente fruto de eventos passados; a probabilidade de que a liquidação desse item exija o sacrifício de ativos; a possibilidade de estimativa confiável do valor desse item patrimonial; e a existência de alguma incerteza quanto ao prazo ou ao valor desse item. Nessas condições, é item patrimonial que atende a todos esses requisitos

- A uma reserva de contingência.
- B um ativo contingente.
- C um prejuízo.
- D uma provisão.
- E um passivo contingente.

Questão 80

Acerca dos componentes do patrimônio líquido, julgue os itens a seguir.

- I Até que a companhia complete 20% do capital social, é facultado a ela destinar 5% do lucro líquido do exercício para a constituição de reserva legal.
- II A conta de ajustes de avaliação patrimonial é a contrapartida de variações do valor justo de elementos patrimoniais que não possam ser imediatamente reconhecidas como resultado do exercício e, em alguns casos, de variações do valor justo que não transitarão jamais pelo resultado do exercício.
- III Parte do lucro do exercício da companhia poderá ser retida e destinada a constituição ou reforço de reserva de lucros para expansão, desde que tal medida seja justificada pelo orçamento de capital da companhia, proposta pela administração e aprovada pela assembleia.
- IV A companhia poderá recomprar ações de sua emissão, desde que as destine à ampliação do capital, devendo registrar essa operação na conta ações em tesouraria.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

Espaço livre